



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681316 - SP (2021/0226128-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL GOMES BEDIN - SP324212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ATILA JORGE FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ATILA JORGE FERREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0005448-41.2021.8.26.0996).

O paciente foi condenado ao cumprimento da pena de 13 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado, como incurso nas penas do art. 121, §1º, §2º, III, do Código Penal.

O paciente encontrava-se cumprindo pena em regime fechado por crime não hediondo, já tendo cumprido o lapso temporal necessário à progressão ao regime semiaberto há mais de 1 ano (desde 1º/03/2020). Foi requisitada abertura de expediente para fins de progressão ao regime semiaberto. O juiz de primeiro grau, contudo, condicionou a apreciação do pedido à realização de exame criminológico.

A impetrante assevera que “a decisão ora atacada, que determina a realização de exame criminológico como condição para a progressão sem a devida fundamentação viola evidentemente o disposto nas Súmulas 26 do STF e 439 do STJ, pelo que deve ser afastada”.

Houve impetração de *habeas corpus* ao TJSP, porém o processamento do *writ* foi indeferido, eis que este estaria sendo utilizado como “sucedâneo recursal”.

Assim, a impetrante sustenta que “a ilegalidade da decisão é manifesta e detectável de plano, restando apenas a impetração desta ação constitucional para preservar os direitos do paciente”.

Requer seja deferida liminar para que se determine ao juízo de primeiro

grau o julgamento do pleito referente à progressão de regime de acordo com os requisitos estabelecidos pela LEP, independentemente da realização de exame criminológico, e ao final, que seja concedida a progressão ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente